



BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: A DECOLONIAL PERSPECTIVE

Igor Soares Amorim 
Universidade do Estado de Santa Catarina

Ueliton dos Santos Alves 
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Discute os conceitos de colonialidade e decolonialidade no contexto epistemológico da Biblioteconomia e Ciência da Informação. É questionado em que se corporifica a colonialidade presente na epistemologia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, bem como é procurado meios de ruptura de tal discurso, na direção de uma perspectiva decolonial. Para tanto, o conceito de epistemologia é explorado. Então, é recuperado o histórico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, de modo a enfatizar as evidências as condições coloniais que formaram ambas as áreas. Em seguida, discute o conceito de colonialidade e decolonialidade. Finalmente, o caráter dual da Biblioteconomia e da Ciência da Informação é constatado por ser um espaço de saber e poder que tanto pode reforçar como resistir ao poder da colonialidade.

Palavras-Chave: Colonialidade. Decolonialidade. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Epistemologia.

ABSTRACT

Discusses the concepts of coloniality and decoloniality in the epistemological context of Librarianship and Information Science. It is questioned in which the coloniality present in the epistemology of Librarianship and Information Science is embodied, as well as ways of breaking this discourse, towards a decolonial perspective. For that, the concept of epistemology is explored. Then, the history of Librarianship and Information Science is recovered, in order to focus the evidence on the colonial conditions that formed both areas. It then discusses the concept of coloniality and decoloniality. Finally, the dual character of Librarianship and Information Science is seen as a space of knowledge and power that can both reinforce and resist the power of coloniality.

Keywords: coloniality. Decoloniality. Librarianship. Information Science. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Tanto a Biblioteconomia como a Ciência da Informação são áreas destinadas ao controle da informação e do conhecimento. Isso significa que ambas têm um grande impacto na rede das ideias que circulam socialmente.

A sociedade é composta por tensões e forças que a configuram como um espaço de disputa em seus diversos domínios. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação legitimam-se assim como espaços configuradores de um saber-poder que é transversal.

Um saber se constitui enquanto tal conforme as relações de poderes se conformam em tensões geradoras dos próprios saberes (FOUCAULT, 2019), assim não é um equívoco esperar que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação consolidem discursos que conservem as estruturas sociais, políticas e econômicas desse mundo desigual. É sabido que tanto a Biblioteconomia como a Ciência da Informação emergem no hemisfério norte do planeta e, como tal, foram adequadas a contextos específicos. A cultura moderna ocidental é fortemente marcada por um caráter colonialista, o que culminou com a supressão de culturas e experiências de diferentes grupos e povos em favor de uma homogeneização a partir do mundo europeu, branco e masculino.

Nesse sentido, almeja-se averiguar em que se corporifica a colonialidade presente na epistemologia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, bem como abrir caminhos para o estabelecimento de uma perspectiva decolonial nas mesmas.

Para alcançar tal meta, recorre-se ao desenvolvimento histórico de ambas as áreas a fim de avaliar como essas colocaram-se frente às demandas de grupos marginalizados, das minorias. Também é necessário identificar elementos e propriedades presentes nas epistemologias da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que apontem uma manifestação colonialista, a fim de reconhecer criticamente o viés dominante nas áreas. Por fim, é necessário, em diálogo com um referencial crítico, cartografar linhas decolonizadoras para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Esses são os principais objetivos deste estudo, que se justificam na necessidade de fortalecer uma visão crítica da área em favor da democratização da informação e do conhecimento.

Esta pesquisa é caracterizada como teórica e exploratória e usa como método o estudo de bibliografias que tratam das configurações epistemológicas da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A colonialidade obstrui e silencia o conhecimento, sua complexidade e diversidade. Esta pesquisa justifica-se pela proposição de novas chaves para compreensão da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, não só em seus relatos históricos hegemônicos. Justifica-se também por colaborar com

a construção de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação articulada às necessidades específicas da situação brasileira e latino-americana.

Na sequência, aborda-se a noção de epistemologia, adentrando-se nas suas condicionantes de poder. Em seguida, discute-se os aspectos teóricos e históricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para finalmente, refletir sobre a colonialidade e decolonialidade presente na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EPISTEMOLOGIA

A palavra *epistemologia* é relativamente nova, surge com o idealismo moderno, porém, seu campo de estudo nasceu provavelmente na Grécia Antiga, com a preocupação filosófica com o saber, mais especificamente, com a dúvida sobre como o conhecimento é possível. Por tomar o conhecimento como objeto, a epistemologia também pode ser designada pelo termo *teoria do conhecimento*. Moser, Mulder e Trout (2008, p. 6) afirmam que “epistemologia é o estudo filosófico da natureza, das fontes e dos limites do conhecimento”.

Platão, por exemplo, pretendeu saber o que era o conhecimento e quais suas benesses, enquanto Locke buscou mapear as operações do processo de compreensão humana; já Kant estudou as condições da possibilidade da compreensão humana. No fim do século XIX e início do século XX, os estudos sobre a epistemologia passaram a concentrar esforços para compreender o conhecimento científico. Assim, se contextualiza a epistemologia de Russell ou Popper, bem como as reflexões epistemológicas de campos especializados feitas pelos próprios especialistas. Nesse sentido, pode-se notar que a epistemologia se constitui como um conjunto discursivo que enfoca um saber que carrega consigo o valor do “verdadeiro”. A epistemologia constitui-se historicamente como um estudo do “conhecimento verdadeiro”. Para Moser, Mulder e Trout (2008), a epistemologia tradicional afirma a existência de três elementos individualmente necessários e conjuntamente suficientes ao conhecimento: a justificação, a verdade e a crença, todavia os próprios autores destacam que essa perspectiva foi relativizada por uma “racionalidade social”, que questionou a rigidez da noção de “verdade”.

É importante lembrar da noção de dispositivo. Deleuze (1996) afirma que um dispositivo é um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, “as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras” (DELEUZE, 1996, n.p.). A epistemologia é um

dispositivo, nesse sentido, composto por linhas que variam, composto por um arquivo, mas também por devires. O dispositivo da epistemologia funciona não só para investigar o conhecimento, mas também para definir o que é e o que não é conhecimento. Quando um epistemólogo se coloca numa posição de neutralidade a fim de pesquisar o processo de conhecer sem uma perspectiva crítica, promove uma “segregação” sob aquilo que é “científico”, “de valor”, “evoluído”, “desenvolvido” em contraponto com aquilo que não o é, por não atender critérios característicos à um restrito grupo de conhecimento que substanciou a definição destes mesmos, ou por sequer ser tomado como saber candidato.

De acordo com Kilomba (2005, p. 5), a epistemologia define:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro.
2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido.
3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro.

Assim, a autora sublinha que a epistemologia não define apenas o *como* produzir conhecimento, “mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos” (idem). Assim, questiona-se: quem produz o conhecimento verdadeiro da Biblioteconomia e da Ciência da informação? Quem estabelece quais são os temas, os paradigmas e os métodos dessas áreas?

Nesse sentido, abordamos a noção de epistemicídio, que refere-se ao descredenciamento da cultura e da racionalidade daquilo que é estranho, daquilo que vem do Outro. Santos (1995) afirma que o epistemicídio é inerente ao genocídio vinculado à dominação europeia do mundo na modernidade, cujo papel dentro da dinâmica de poder é subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar não apenas aqueles saberes constituídos pelas minorias em geral, mas também os próprios portadores desses saberes.

De acordo com Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio é “um processo persistente de produção da indigência cultural” que se dá em duas principais vias: pela negação da racionalidade do Outro e pela imposição cultural. Quijano (2007) aponta que após um período de repressão sistemática e expropriação dos conhecimentos dos povos colonizados, os colonizadores impuseram seus padrões, crenças e imagens não apenas como modo de inibir a produção cultural dos dominados, mas como uma forma de controle social e cultural.

The colonizers also imposed a mystified image of their own patterns of producing knowledge and meaning. At first, they placed these patterns far out of reach of the dominated. Later, they taught them in a partial and selective way, in order to coopt some of the dominated into their own power institutions. Then European culture was made seductive: it gave access to power. After all, beyond repression, the main instrument of all power is its seduction. Cultural Europeanisation was transformed into an aspiration. It was a way of participating and later to reach the same material benefits and the same power as the Europeans: viz, to conquer nature - in short for 'development'. European culture became a universal cultural model. (QUIJANO, 2007, p. 169).

Para o autor, o genocídio na América Latina, considerado o caso mais extremo de colonização cultural europeia, transformou as altas culturas deste continente em subculturas camponesas, condenadas à oralidade: “os sobreviventes não teriam outros modos de expressão intelectual e plástica ou visual formalizada e objetivada, senão através dos padrões culturais dos governantes, ainda que os subvertendo em certos casos para transmitir outras necessidades de expressão”¹ (QUIJANO, 2007, p. 170, tradução nossa).

Neste contexto, Quijano (2007) destaca que há uma crise do paradigma de conhecimento europeu e tece algumas faces dessa crise, que se estrutura principalmente pela deficiência do pressuposto que estabelece que o conhecimento é produto da relação entre “sujeito” e “objeto”. Isso porque tanto o “sujeito” quanto o “objeto” são elementos idênticos a si mesmos, o primeiro se auto constitui em um movimento de reflexão, e o segundo se define por suas propriedades. Ainda, ambos diferem por natureza. Essa configuração inviabiliza uma compreensão intersubjetiva e dialógica. Por conta disso, não há espaço para compreensão do Outro, a não ser enquanto elemento objetivado, o que é um obstáculo ao reconhecimento do *socius* enquanto uma totalidade. Assim, a cultura europeia ocupou um espaço de sujeito, e as outras tantas culturas, como objetos e, enquanto tais, são diferentes por natureza e, portanto, viabilizando uma hierarquia entre o europeu e os outros.

The European paradigm of rational knowledge, was not only elaborated in the context of, but as part of, a power structure that involved the European colonial domination over the rest of the world. This paradigm expressed, in a demonstrable sense, the coloniality of that power structure. (QUIJANO, 2007, p. 174).

¹ Original: “the survivors would have no other modes of intellectual and plastic or visual formalized and objectivised expressions, but through the cultural patterns of the rulers, even if subverting them in certain cases to transmit other needs of expression”

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Internacionalmente é comum o emprego do termo *Library and Information Science*, pressupondo um sentido de unidade. No Brasil, por vezes o termo Ciência da Informação incorpora a noção de Biblioteconomia, como se os aspectos bibliográficos e biblioteológicos compusessem parte de um grupo maior de saberes, a Ciência da Informação. Essa perspectiva deriva de uma visão positivista, construída pelos documentalistas belgas do século XIX, Otlet e La Foteine. No Tratado de Documentação de Otlet (2018), há um manifesto em favor de uma grande ciência (ora referida como Documentologia) que abarcaria os problemas das bibliografias e das bibliotecas.

Já a noção Ciência da Informação estabilizou-se no pós-guerra, quando a Europa se reconstruiu e os Estados Unidos tornaram-se referência ocidental em diversos aspectos, dentre esses a própria Ciência. Em solo estadunidense o termo “documentação” não criou aderência como na Europa ocidental, e passou a concorrer com a noção de “Ciência da Informação” revigorada pelos estudos em *information retrieval*.

De qualquer modo, é importante demarcar aqui uma diferença crucial entre o que se passava até então no hemisfério norte e sul, sob nosso tema de interesse. O Iluminismo na Europa e nos Estados Unidos propiciou a difusão de livros e bibliotecas e, as populações desses locais tiveram acesso massivo à um sistema educacional e cultural, o que possibilitou uma relação e significação das pessoas com o livro, com a biblioteca e com o conhecimento de uma forma distinta do que ocorreu em grande parte do globo.

Ainda hoje não é fácil o acesso a livros e a outras tecnologias de informação, assim como não são difundidas as competências técnicas e culturais para apropriação das ideias e inclusão nos debates públicos locais, nacionais ou internacionais. Nesse sentido, faz-se necessário um resgate histórico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação separadamente, de modo a enfatizar os problemas específicos de cada uma das áreas.

Fonseca (2007) aponta que epistemologicamente a Biblioteconomia se define pelo conhecimento de regras por meio das quais os livros são organizados em espaços apropriados, como, prateleiras, estantes, armários e salas. Nesse sentido, a Biblioteconomia tem uma relação fundante com a “gestão das bibliotecas”. Antes do século XVII, não era explícito um campo do conhecimento próprio para as questões da biblioteca. Esses conhecimentos e práticas eram pertinentes ao domínio da Bibliografia, que se caracterizava sobretudo pelo estudo das técnicas de descrição e ordenação de registros de documentos em listas, bibliografias e catálogos.

Nos séculos XVII e XVIII, motivado pelo surgimento das bibliotecas nacionais e públicas, pela ampliação das coleções e da alfabetização das populações da Europa ocidental, os problemas relacionados às bibliotecas e a relação deste espaço com os livros e os leitores tiveram um interesse renovado. Uma das questões fulcrais nesse contexto foi a discussão em torno da organização dos catálogos de bibliotecas, se deveria ser alfabética ou sistemática (por assunto). Mais tarde, essa questão da ordenação impactaria também a própria coleção de livros e, em ambos os casos, nos catálogos e no acervo, a classificação de assunto foi a versão que mais ganhou adeptos. Com os problemas relativos ao contexto das bibliotecas, a Biblioteconomia se diferencia da Bibliografia, tomando para si questões relacionadas à gestão da instituição, ao seu acervo e aos seus frequentadores. As diferenças entre essas duas áreas tomaram tamanha proporção que a Biblioteconomia terá primazia daquela no final do século XIX.

Nesse contexto, a Biblioteconomia adquire mais consistência teórica, quando o catálogo e a organização dos livros requerem trabalho de pesquisa. Diversos europeus e estadunidenses concentraram esforços sobre os processos de descrição e classificação de livros a fim de garantir o acesso à informação.

Além disso, há que se ratificar a função social e política da biblioteca, de seu profissional e de sua ciência, no contexto europeu e estadunidense. A biblioteca foi ressignificada sob os ideais Iluministas com a Revolução Francesa, em 1789, quando visualizou o acesso ao conhecimento como ferramenta de emancipação cidadã, cuja finalidade seria a evolução humana por meio da “razão” ao encontro da “verdade” (SILVA *et al.*, 2019). Até então as bibliotecas tinham o acesso restrito e o foco por vezes delimitado na preservação dos livros.

O Iluminismo de fato abriu as portas das bibliotecas para um número maior de pessoas, mas há que se compreender criticamente qual a imagem que tal período cristalizou sob as noções de “cidadão”, “razão” e “verdade”, noções que originalmente não se enquadram em outro esquema epistemológico senão o Europeu. A concepção moderna de “cidadão” se consolidou no século XVIII e refere-se aos letrados que participavam de círculos privilegiados e de discussões sobre os interesses coletivos. Tais debates pressupunham que o cidadão precisava se informar por meio dos textos escritos, para então discutir e votar. Essa noção entra em crise no século XX a partir da crítica e da reivindicação de minorias, como mulheres, negros, operários, camponeses, o que provocou uma mudança lenta que ampliou a esfera pública e, conseqüentemente, a dimensão da participação democrática (CANCLINI, 1999).

A razão toma centralidade no Iluminismo a ponto de Kant (1990) afirmar que o iluminismo é a saída do homem da menoridade por sua nova capacidade de usar a razão sem orientação de outrem. A

razão já entronizada nas ciências, torna-se soberana no século XVIII pautando-se em dois principais pressupostos: “a idéia de um universo totalmente acessível ao racional” e “a concepção de uma humanidade guiada pela Razão” (MORIN, 2005, p. 24). A razão coroou o discurso científico como o “verdadeiro”, motivado pelo sucesso das ciências físicas, químicas e biológicas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, uma hierarquia passou a imperar na valoração dos saberes, criando uma cisão entre o conhecimento produzido por cientistas, presunçosamente “verdadeiro”, e todos os outros. A partir da descoberta do inconsciente, das atrocidades experienciadas nas Guerras Mundiais, de movimentos artísticos vanguardistas, filosofias críticas e a iminência das catástrofes derivadas da exploração desenfreada dos recursos naturais, tal perspectiva de razão e verdade foi questionada e tem passado por um redimensionamento tanto funcional quanto conceitual (MORIN, 2005). É nesse contexto que se insere a noção de Ciência Pós-Moderna de Boaventura de Sousa Santos, bem como a de paradigma da complexidade de Morin.

De qualquer modo, a Biblioteconomia desenvolveu-se sob o signo de tais concepções. O Iluminismo de fato ampliou o acesso à informação no contexto europeu. Ainda, a Revolução Científica e Industrial atualizou a função das bibliotecas entre o final do século XIX e início do século XX, que passaram a preocupar-se com a alfabetização e a formação educacional e cultural dos trabalhadores. Nesse cenário que a Biblioteconomia passa a pensar a tríade usuário-conhecimento-coleção com maior rigor (NITECKI, 1968).

Já a Ciência da Informação nasce em meados do século XX, vinculada aos problemas da comunicação científica que, embora fomentada pelo contexto de Guerra Fria, apresentava empecilhos ao desenvolvimento científico. Barreto (2008, n.p.) aponta dois principais vértices que impulsionaram a Ciência da Informação. Primeiro, a publicação do texto *As we may think* de Vannevar Bush em 1945, no qual descreve “sobre o problema da informação em ciência e tecnologia e os possíveis obstáculos que poderiam ser encontrados na sua organização e repasse a sociedade”. O segundo vértice foi a realização em 1948 da *Royal Society Scientific Information Conference* em Londres, na qual mais de 300 pesquisadores de diversos países (predominantemente do hemisfério norte) discutiram os problemas da organização e acesso da informação e instituíram o campo da Ciência da Informação. Araújo (2014) apontou quatro fatores principais que condicionaram o surgimento da Ciência da Informação: a) A dissociação entre bibliografia e biblioteconomia e documentação; b) A institucionalização da noção de “informação” nos currículos, planos e designações das organizações da área; c) A demanda por produtos documentários (índices e resumos) mais especializados; e, d) O desenvolvimento tecnológico que permitiu a separação da informação de seu suporte analógico, o que levou a pesquisa sobre a recuperação automática da informação (*information retrieval*).

De acordo com Borko (1968), a Ciência da Informação se atenta às propriedades e aos comportamentos da informação, às forças que a constrange e às técnicas que a processa e permitem sua armazenagem, recuperação e disseminação. Para Araújo (2014), há na Ciência da Informação uma crítica às disciplinas que abordam os documentos e a informação sob uma lógica custodial, contudo, tal crítica não foi suficiente para dissociar a área de seu anseio positivista, o que só veio acontecer no final do século XX, quando os estudos informacionais passaram a dialogar com a teoria crítica e a tecer abordagens historicistas e hermenêuticas, como reforça Capurro (2003).

É notório que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação se desenvolveram no contexto da Europa e América do Norte, sendo a primeira movida pelos efeitos do Iluminismo e a segunda da competitividade militar, científica e econômica característica do século XX. Embora tais áreas tenham se desenvolvido na América Latina, há que se discutir em que medida tal projeto se alinha à uma perspectiva colonial.

4 COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE NA EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Segundo Quijano (2014), a colonialidade trata da constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, mas envolve as diversas maneiras pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Nesse sentido, a colonialidade é uma prática que por meio da ciência moderna/colonial produziu um modelo único, tendo como referência a Europa, pretensamente considerado universal e objetivo, o que pode ser chamado de eurocentrismo. De acordo com Quijano (2007), a colonialidade é um sistema de poder centrado na Europa que se estruturou a partir da classificação social da “raça” que organizou identidades, políticas e a divisão do trabalho, e que se desdobrou em novas configurações de dominação ao longo dos séculos.

A fim de compreender melhor a colonialidade convém discerni-la daquilo que é o colonialismo. Segundo Aníbal Quijano (2014) e Enrique Dussel (1994), o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, já a colonialidade trata da constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, mas envolve as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade.

Como o colonialismo, a colonialidade apresenta um elemento material de exploração, contudo implica também em uma formatação ideacional e identitária. Assim, a colonialidade é uma prática

que sobrevive mesmo quando não há mais uma relação político econômica entre o colonizador e a (ex-)colônia, ou seja, a colonialidade pode existir sem o colonialismo, por meio de uma imposição que se desdobra nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos.

Os estudos críticos da colonialidade surgem, assim, com um movimento político, intelectual e interdisciplinar e que entre seus primeiros interlocutores teve Albert Memmi, com a obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, de 1947, Aimé Cesárie, com o livro *Discursos sobre o colonialismo*, de 1950, Franz Fanon, com *Os condenados da terra*, de 1968, e Edward Said, com a obra *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente* de 1978, conforme aponta Aguiar (2016). Ainda, na década de 1970, sob a direção do historiador indiano Ranajit Guha, é composto o (Grupo de Estudos Subalternos), o qual ganhou notoriedade nos Estados Unidos e Inglaterra (AGUIAR, 2016).

Os *Subaltern Studies* inicialmente pretendiam analisar a historiografia da Índia feita por ocidentais europeus e também a historiografia eurocêntrica produzida por indianos. Nesse contexto é fundado nos Estados Unidos o *Foreign Culture* (Culturas Estrangeiras), grupo de estudo sobre as perspectivas “pós-coloniais”. Dos debates desse grupo percebe-se a necessidade de se pensar uma nova repolitização da teoria, calcada nas especificidades da América Latina (AGUIAR, 2016).

Essa perspectiva latino-americana dos estudos pós-coloniais estabelece-se quando John Beverly, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, dentre outros pensadores fundam em meados de 1990 o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, nos Estados Unidos, cujo um dos marcos foi a publicação do *Manifesto Inaugural*, no qual se colocam o desafio de “buscar nuevas formas de pensar y de actuar políticamente”, endossando um movimento contemporâneo em que “varios intelectuales de la región” estão a revisar “algunas epistemologías previamente establecidas en las ciencias sociales y las humanidades”, a fim de alcançar “una reconceptualización del pluralismo y de las condiciones de subalternidad al interior de sociedades plurales” (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1995, n.p.).

Mais tarde um novo grupo foi fundado, o Grupo Modernidade/Colonialidade inicialmente, hoje chamado de Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (CMD), sob a crítica principalmente de Walter Mignolo de que o grupo anterior não rompia o suficiente com autores eurocêntricos (AGUIAR, 2016).

O CMD tem como principal força orientadora uma reflexão contínua sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos locais (ESCOBAR, 2003). Uma das principais críticas do CMD é sobre os conceitos de periferia e subdesenvolvimento, pois tais nomenclaturas justificam em alguma medida a subordinação dos Estados-nação pós-

coloniais, durante os séculos XIX e XX. Para Escobar (2003), trata-se de um movimento teórico-metodológico que originou a escola de pensamento latino-americana denominada de *Estudos Decoloniais*, e que alguns autores também chamam de *Giro Decolonial* (BALESTRIN, 2013), caracterizando-se por um desacordo com o “espelhamento” das respostas asiáticas ao colonialismo latino-americano que apresenta uma trajetória de dominação e resistência própria.

Como intenta o movimento giro decolonial, se faz fundamental despertar nos espaços de debate, temas caros quando se trata de América Latina como descolonização, autonomia e plurinacionalidade, retomando os estudos do processo de dominação e reprodução do subdesenvolvimento, recusando o europeísmo e dependentismo intelectual que permeiam a comunidade acadêmica hegemônica. Para contribuir na explicação e superação desse colonialismo foi que pautamos os debates com os autores aqui enunciados, com reflexos na cultura e na política. (AGUIAR, 2016, p. 286).

Ao vislumbrar a formação histórica da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, nota-se o seu desenvolvimento calcado na Europa e Estados Unidos e, em tais contextos, são formatadas epistemológica, teórica, praticamente sob conjunturas específicas de países colonizadores e/ou imperialistas. Nesse sentido, cabe apontar essa diferença fundamental: enquanto no norte global ocidental havia um usufruto econômico e conseqüentemente social das riquezas expropriadas das colônias, seja por meio da colonização padrão ou do imperialismo que se concretizava em uma dominação cultural, política e legal, nas ex-colônias o contexto era outro. Em diversos países do sul, o acesso à educação, informação e cultura era precário. Importante também destacar que essa situação de precariedade das populações do sul, em grande medida, fortalecia também uma outra relação de dominação, entre uma elite local e o restante da população que era mantida à margem do poder político, em uma posição de subalternidade.

É nesse sentido que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são constituídas sob o signo da colonialidade. Segundo Aníbal Quijano (2014), a colonialidade diz respeito a constituição de um padrão do exercício de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial tradicionalmente reconhecidas, inclui também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se estruturam a partir de posições de domínio e subalternidade. A colonialidade fundamenta uma prática que, no contexto da ciência, produziu um modelo único, pretensamente definido por sua universalidade e objetividade, mas, contrariamente, toma como referência a Europa e os valores patriarcais e da branquitude.

Assim, a produção e o controle de informação são instrumentos fortalecedores de uma sociedade baseada na colonialidade. A colonialidade do poder e do saber foram trazidas por Anibal Quijano,

e a do ser por Mignolo (BALLESTRIN, 2013). Assim, é a dimensão do saber que é mais pertinente nesta reflexão, sendo que esta trata-se do monopólio sobre determinados conhecimentos que possibilitam a constituição de uma narrativa única, tal narrativa pode ser usada para justificar atrocidades como a colonização de outros povos. Como afirma Santos (2007), é uma perspectiva que:

Portanto, excluiu outros saberes e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando epistemologias da periferia do ocidente. Tal colonialidade do saber é representada na geopolítica do conhecimento, a partir da qual a razão, a verdade e a ciência são atributos possíveis nas – e das – metrópoles, cabendo aos territórios (ex) coloniais e seus sujeitos o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (SANTOS, 2007, p. 72).

A colonialidade do saber implica em reavaliações discursivas e epistemológicas nos constructos das ciências, sobretudo no que concerne a história do conhecimento em questão, uma vez que é justamente através da história que se tece o monopólio sobre determinados fundamentos, teorias e conceitos, o que viabiliza a constituição de uma narrativa hegemônica. Assim, descortinar a colonialidade do saber significa erradicar a “narrativa única” e amplificar outras vozes silenciadas pelo poder da colonialidade e da branquitude.

A “democratização da informação” é um pilar ético dos bibliotecários e demais profissionais da informação, o que conecta esses trabalhadores às premissas e proposições do giro decolonial. Assim, cabe atentar-se a situação dúbia em que se encontram os profissionais da informação: se por um lado esses são intercessores importantes no combate a colonialidade, as bibliotecas, arquivos, museus, centros de informação e documentação são também instrumentos que reforçam o poder da colonialidade.

O poder define a hegemonia de narrativa, a centralidade dos valores ocidentais, os quais articulam as epistemologias, as teorias e as práticas científicas. Quando os profissionais da informação atuam sem um compromisso ético com a transformação do mundo, de maneira acrítica, acaba por reforçar as estruturas de poder, inviabilizando saídas e rupturas das condições econômicas, sociais e culturais. Contudo, se engajado na desarticulação desse mesmo poder, buscará alternativas para confrontar a narrativa única, enfatizando o Outro, outras vozes, outras faces, outras memórias, outras necessidades, outros recursos.

Portanto, partindo da perspectiva que informação é poder, pode-se dizer que a colonialidade do poder é um monopólio onde os que concentram as narrativas informacionais ditam o funcionamento do mundo, a partir desse controle expressa outras duas colonialidades, a do saber e a do ser, dessa

forma entendemos que a teoria decolonial se intersecciona com a Biblioteconomia e Ciência da Informação devido ao fato do poder, saber e ser possuírem forte influência sobre o fazer de profissionais da informação. Uma vez que bibliotecas e centros de informação são importantes instrumentos para a construção do saber, logo trata-se de espaços que possibilitam a transformação do ser e do poder.

Nesse cenário, os profissionais da informação em seus ambientes de atuação, são importantes agentes no movimento da decolonialidade, por exemplo, bibliotecas em suas diferentes tipologias têm como missão romper com a concentração e controle do conhecimento, fazem a mediação para que os usuários sejam autônomos, que possam construir com as informações ali disponíveis o seu conhecimento e sua subjetividade, o caráter pedagógico de uma unidade de informação é um usuário emancipado, sendo assim, o trabalho e a existência torna-se ferramenta fundamental para a luta decolonial.

A discussão aqui levantada, propõe que quando o pensamento decolonial lido como contraponto é ampliado para ambas as áreas, que são uma ciência social aplicada, demonstra que existe uma necessidade de repensar alguns aspectos de construção do pensamento e da história social que as áreas buscam preservar e propagar, tanto suas práticas e suas teorizações podem e devem compartilhar o espaço com saberes e práticas até então subalternizadas. Cabe ressaltar que não se trata de eliminação ou interdição de determinados saberes, o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo norte global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no sul, no que pese práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. *DataGramaZero*, v. 9, n. 2, [n.p.], 2008.

CARNEIRO, A. S. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DELEUZE, Gilles. *O que é um dispositivo? O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja - Passagens, 1996.

DUSSEL, Enrique. *1492: el encubrimiento del outro*. Hacia El origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, p. 58-86, 2003.

FONSECA, Edson N. da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2019.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. *Manifiesto inaugural*. S.l., 1995. Tradução de Santiago Castro-Gómez. Disponível em: <http://blog.pucp.edu.pe/blog/latravesiadelfantasma/2009/02/08/manifiesto-inaugural-grupo-latinoamericano-de-estudios-subalternos/>. Acesso em 15 abr. 2022.

KANT, Immanuel T. Resposta à pergunta: o que é Iluminismo. In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: edições, 1990. (v. 70)

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o Conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*. Tradução: Jessica Oliveira - Disponível: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-atransgredir.pdf> Acesso em: 8 Mar 2022.

MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, [s.l.], n. 26, p. 24-28, 2005.

NASCIMENTO, D. S.; FREIRE, G. H. A. Os caminhos da ciência da informação. *Biblionline*, [s.l.], v. 10, n. 1, 2014.

NITECKI, Joseph Z. Reflection on the nature and limits of library science. *The Journal of Library History (1966-1972)*, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 103-119, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural studies*, [s.l.], v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

QUIJANO, Anibal. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: QUIJANO, Anibal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014. p.697-704.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SILVA, C. A. da et al. A biblioteca e o interesse público. *Inclusão Social*, [s.l.], v. 13, n. 1, 2019.

